



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DANIELE ESTEVES CAVALCANTI

TELEVISÃO E EDUCAÇÃO: ENTRECruzANDO SABERES.

RIO DE JANEIRO

2014

DANIELE ESTEVES CAVALCANTI

TELEVISÃO E EDUCAÇÃO: ENTRECruzANDO SABERES.

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Formação de Professores para a Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental para Crianças, Jovens e Adultos e Bacharelado em Pedagogia nas Instituições e nos Movimentos Sociais.

Orientadora: Professora Doutora Gláucia Campos Guimarães- UERJ

**RIO DE JANEIRO
2014**

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

C376 Cavalcanti, Daniele Esteves.

Televisão e educação entrecruzando saberes/ Daniele Esteves Cavalcanti. - 2014.

43f.

Orientadora: Profª Drª Gláucia Campos Guimarães

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Educação de massa 2. Televisão na educação . I. Guimarães, Gláucia Campos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Departamento de Educação. III. Título.

CDU 37.018.43

DANIELE ESTEVES CAVALCANTI

TELEVISÃO E EDUCAÇÃO: ENTRECRUZANDO SABERES.

**Monografia apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciatura em Formação de
Professores para a Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino
Fundamental para Crianças, Jovens e Adultos e Bacharelado em
Pedagogia nas Instituições e nos Movimentos Sociais.**

Aprovado em _____

Banca Examinadora _____

**RIO DE JANEIRO
2014**

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar a relação entre a televisão e a educação para melhor compreender o entrecruzamento de saberes entre a pedagogia e a televisão através dos processos pedagógicos. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre esta relação, tecendo um histórico acerca do surgimento e popularização da televisão no Brasil, destacando o contexto social, e as particularidades que tornam esta mídia um fenômeno social. Finalmente faz um alerta sobre a necessidade de se introduzir nas escolas um processo de aprendizagem de leitura e análise da linguagem audiovisual.

Palavras-chaves: Televisão; educação; mídia; audiovisual.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: TELEVISÃO E EDUCAÇÃO	10
1.1 Uma breve história da televisão no Brasil	10
1.2 O fenômeno social desta mídia.....	13
1.3 O lugar da televisão nos lares brasileiros	14
CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO - UMA VISÃO AMPLA DO CONCEITO	18
CAPÍTULO III: EDUCAÇÃO PELA E PARA A TV.....	22
3.1 A TV e a questão legal	22
3.2 Educação pela TV	28
3.3 Educar para TV	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

A televisão é a mais popular forma de mídia e assume um papel fundamental em praticamente todas as áreas da vida cotidiana – na arte, na produção de conhecimento, nas ideologias, na política e na educação. Presente na maior parte dos lares brasileiros a TV transformou-se em referência simbólica dos sujeitos.

Como pondera Bucci (2000), a televisão é muito mais do que a veiculação de uma série de programas destinados ao entretenimento de massa. Esse sistema complexo que fornece um código pelo qual os brasileiros se reconhecem brasileiros com certo domínio do espaço público, de tal forma, que, “o espaço público, no Brasil, começa e termina nos limites postos pela televisão.” (Bucci, 2000, p. 9-11)

No Brasil, a TV passou a ter um lugar de destaque nas casas tornando-se um tipo de lazer onde não se gasta tanto e não há perigo maior de violência física. Em um contexto social, onde os pais trabalham fora e muitos preferem deixar que as crianças passem suas horas vagas assistindo TV do que brincando fora de casa onde o risco de violência é maior. Cabe aqui uma passagem pessoal, pois sendo eu filha de Pais que trabalhavam ambos em horário integral, tive a TV como companheira na maior parte das minhas horas vagas. Daí meu interesse por essa temática. Por isso sempre quis estudar o lugar social desta mídia, sua presença na educação e o comportamento da educação frente a este meio de comunicação tão importante para a sociedade contemporânea.

A temática deste trabalho foi investigada através de uma pesquisa de base teórica utilizando o referencial da educação e ciências afins para melhor compreender o entrecruzamento de saberes entre educação e a televisão. Abordando a opinião de estudiosos como Bucci (2000), Bourdieu (1997), Guareschi e Biz (2005), Freire (2009), Alves (2010), Fischer (2006), Silverstone (2005) dentre outros.

No primeiro capítulo abordamos a televisão como mídia social, no qual procuramos apresentar sua história, o espaço que a adquiriu nos lares brasileiros e algumas mudanças que esta mídia passou a desencadear dentro das famílias.

No segundo capítulo abordamos um conceito de educação mais amplo, no qual educação consiste na apropriação da cultura, expandindo os chamados conteúdos da educação para além do senso comum e a escola tradicional.

O terceiro capítulo aborda a questão legal da televisão, a omissão do poder público na regulamentação das leis que tratam desta mídia. A possibilidade de se educar pela TV e a educação para a TV.

Com este estudo pretendemos contribuir ainda mais para a leitura dos educadores que tem um compromisso com uma educação cidadã de qualidade e atual. Pois educadores juntamente com educandos devem estar qualificados para ler criticamente as diferentes linguagens que lhes são oferecidas.

CAPÍTULO I

1 - TELEVISÃO E EDUCAÇÃO

1.1 Uma Breve História da Televisão no Brasil.

Faremos aqui um breve histórico sobre o aparecimento da TV no Brasil, destacando algumas das peculiaridades históricas do surgimento da Televisão no país. A intenção deste histórico é trazer uma melhor compreensão sobre o caminho trilhado por esta mídia até transformar-se em uma referência simbólica dos sujeitos contemporâneos.

No Brasil, a televisão surge na década de 1950, quando no dia 18 de setembro acontece a inauguração da TV Difusora de São Paulo, seguida pela TV Tupi do Rio de Janeiro que é inaugurada em janeiro de 1951, ambas emissoras de Assis Chateaubriand, que importou 220 aparelhos de TV e os espalhou pela cidade São Paulo, com o intuito de implantar a nova mídia. Nesse momento, a televisão era transmitida ao vivo e contava com os artistas que já eram famosos no rádio e agora seriam vistos e ouvidos pelos espectadores.

Segundo Guareschi (2005) esta mídia chegou ao País seguindo o passo da tradição histórica do Brasil que foi sempre ter um dono e seus trabalhadores. Assim como as capitânicas hereditárias tinham donos, seguida das fazendas e seus escravos, e das indústrias quando na década de 30, os donos de indústria passaram a ter rádio. A partir dos anos 50, os que tinham rádio passaram a ter a televisão. Os que tinham meios de produção, terras e indústrias passam a ser também os donos das mídias. Então o que deveria ser um serviço público passa a ser “propriedade privada”.

O período que compreende de 1964 a 1975, corresponde à segunda fase de desenvolvimento da televisão, quando deixam de lado o clima de improvisação dos anos 50 e passa a adotar os padrões de administração norte americano com um esquema empresarial melhor estruturado. Não podemos deixar de citar que entre 1968 e 1979, os meios de comunicação operaram sob restrições do Ato Institucional n. 5, que concedia ao Poder Executivo o direito de censurá-los. Além do controle através das concessões de licenças e da censura o governo fazia recomendações diretas e indiretas a respeito do conteúdo dos programas.

Mattos (2010) afirma que ironicamente o rápido crescimento da televisão se deu nesse período de restrições e censuras, principalmente o da TV Globo. O autor atribui esse resultado ao incentivo direto e indireto das políticas adotadas pelo governo militar, que concedeu 67 licenças de canais de TV a empresas privadas em todo território nacional, o país tentava seguir os caminhos para o desenvolvimento, a televisão passou a ser considerada um dos símbolos da modernidade pretendida. Enquanto a compra dos televisores e de outros bens de consumo, produzidos no país, era amplamente incentivada a partir da facilitação do crédito direto ao consumidor.

Ainda segundo Mattos (2010) os meios de comunicação de massa, entre eles rádio e TV, foram intensivamente utilizados pelo regime militar, para estimular e introduzir uma confiança pública no que as administrações militares estariam fazendo. O autor destaca que estudos sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil identificaram que o governo é a principal força econômica que move o crescimento das mídias de massa (principalmente a televisão) e também propicia apoio técnico, exerce controle e influência os veículos.

Em 1989, (...) o ministro das Comunicações é Antônio Carlos Magalhães. O presidente é Jose Sarney, que lutava para aprovar uma lei que permitia estender o seu mandato por um período de cinco anos, (...). Encontrando dificuldades na aprovação do seu projeto, utilizou uma moeda de troca: a concessão de mais ou menos 900 canais de rádio e televisão. Sua proposta de permanência no poder por cinco anos foi aprovada pelo Congresso Nacional. (Guareschi, 2005, p. 73)

Outra questão que não deve ser deixada de fora é o fato da televisão ter sido introduzida em um país de semianalfabetos e analfabetos, possibilitou que inúmeros segmentos sociais, tivessem acesso a diversos conteúdos antes só possível por meio da palavra escrita. Fazendo com que este veículo passasse a ter cada vez mais importância em nossas vidas. No Brasil, devido à ausência de uma educação pública de qualidade, a TV passou a ser a principal fonte de formação e transmissão de valores, atitudes e conteúdo de conhecimentos básicos mesclados a interesses ideológicos, comerciais e políticos.

Levantamento do Governo Federal (meta pesquisas), sobre hábitos de informação e formação de opinião da população brasileira revela que a TV é assistida por 94,2% da população, além de ser considerada por 66,3% o meio mais confiável e por 64,4% o mais importante para buscar informações.

1.2 - Fenômeno social desta Mídia.

A mídia é o coração da sociedade de informação, sob cuja égide vivemos. E a informação é o novo modo de desenvolvimento responsável pela produtividade do sistema capitalista nos dias de hoje. Quem detém a informação, de modo geral, e dentro dela a mídia, detém o fator central de desenvolvimento. A mídia (notícias, divertimento, novelas, filmes, shows...) modifica a forma como as pessoas se relacionam, como aprendem, compram, namoram, votam, consultam médico, fazem sexo. (Guareschi, 2005, p. 38)

A televisão é um dos meios de comunicação, mídia eletrônica, que mais atinge a população em número absoluto, assumindo um papel fundamental em praticamente todas as áreas da vida humana – na arte, na produção de conhecimento, nas ideologias, na política etc. Presente hoje em mais de 98 % das residências brasileiras (muitas vezes com mais de um aparelho em cada casa) a televisão se transformou em referência simbólica dos sujeitos contemporâneos.

Como pondera Bucci (2000), a televisão é muito mais do que uma aglomeração de produtos descartáveis destinados ao entretenimento de massa. O autor destaca alguns pontos acerca da TV sendo está um sistema complexo que fornece o código pelo qual aos brasileiros se reconhecem brasileiros. “Ela domina o espaço público (ou esfera pública) de tal forma que, sem ela, ou sem a representação que ela propõe do país, torna-se quase impraticável a comunicação – e quase impossível o entendimento nacional”. (Bucci, 2000, p.9)

É através desta mídia que milhões de telespectadores, do interior de suas residências, podem compartilhar semelhantes formas de entretenimento e informação. Assim como afirma Silverstone (1999), devemos reconhecer “que a nossa mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea”, pois na sociedade em que vivemos é impossível escapar a presença e a representação da mídia. O consumo dos produtos midiáticos, especialmente a televisão, hoje representa a principal ocupação da população em seu tempo livre. Nosso acesso a informação, depende dessa relação com os veículos de comunicação. O que nos faz dependente tanto para fins de entretenimento, informação, conforto e segurança.

[...] a televisão que se pretende um instrumento de registro torna-se um instrumento de criação de realidade. Caminha-se cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito e prescrito pela televisão. A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política (Bourdieu, 1997, p. 29).

1.3 - O lugar da televisão nos lares brasileiros

Concebendo a televisão como um “objeto total”, que não causa frustração, não se ausenta, não abandona, tranquiliza tensões internas e minimiza os desejos não realizados, Joan Ferrés descreve o aparelho televisor como um totem (“objeto de veneração e reverência, símbolo de identificação individual e coletiva”) ou mesmo com a mãe que ocupa um lugar de destaque e modelo dentro do lar. Sempre às ordens, dia e noite, um abrigo nos momentos de desapontamento, tristeza, aflição e inquietações e, “como uma mãe branda, nunca exige nada em troca” (Ferrés *apud* Magalhães, 2007, p.7)

No entanto o lugar ocupado pela mídia na vida das pessoas e sua posição em uma determinada hierarquia sociocultural variam conforme a história e as sociedades em questão. Dentre as pessoas que assistem TV por um período superior a seis horas 10,4% tem renda familiar mensal de até dois salários mínimos, enquanto apenas 3,5% possuem renda familiar superior a 10 salários mínimos. (fonte: meta pesquisas, 2010)

Num contexto social, em que os pais trabalham muitas horas por inúmeros motivos, que vão de fatores socioculturais até a melhora do orçamento familiar, a televisão passou a ter um local de destaque nos lares brasileiros, passando a fazer parte da rotina de crianças e adultos, diariamente, sendo como lazer ou distração. O fato do índice de criminalidade vir aumentado nos últimos anos, faz com que pais tenham receio de deixar crianças brincando na casa dos coleguinhas ou até mesmo na pracinha do bairro e dar maior preferência a deixar as crianças em frente a TV nas horas vagas.

[...] numa modernidade carregada de mandos e exigências fora do círculo familiar, pais e mães trabalhadores podem ter na televisão um recurso para “distrair” os filhos em casa enquanto passa a ser justificada como um meio eficaz [...]. (Rezende, 1998, p.72)

Passar suas horas vagas, frente a televisão não é exclusividade das crianças. A grande carga laborativa dos pais e os problemas familiares, financeiros entre outros, faz da TV aliada para os momentos de descanso quanto a tudo. Através de suas fantasias faz relaxar do stress do dia a dia. Gasta horas vagas que seriam destinadas à conversa em família, com a programação de TV.

Eurasquim nos aponta essa triste realidade quando diz:

O adulto agradece a ajuda que a televisão lhe dá para aplacar o ânimo das crianças e utiliza os programas como método de entretenimento fácil para seus filhos. O adulto também sofre o peso das condições de trabalho, transporte e anonimato da cidade moderna, e perde sua capacidade de relação lúdica dentro das fronteiras familiares. Após empurrar as crianças até o televisor, ele mesmo vem a ocupar um lugar na poltrona ou no sofá e recebe a insossa programação como um sedativo, refrigerante, como uma trégua (Eurasquim, 1983, p.26)

Vivemos em uma sociedade que nos impõe, através da mídia, a cada instante novas opções de vestimenta, entretenimento, alimentos, bebidas, tecnologias dentre outras. As novidades midiáticas são transitórias, pois logo são substituídas por outras e rapidamente deixam de ser novidades. Privilegia-se a satisfação instantânea, as mudanças são cada vez mais rápidas e intensas, ficamos tão acostumados que já não notamos a rapidez das transformações. Em um piscar de olhos tudo mudou ou deixou de existir. E um instante o sentimento por uma tragédia noticiada passa à euforia por ver um gol do seu time de futebol.

Simultaneamente a esta realidade volúvel, existe outra “realidade” exibida pela televisão, que constantemente em uma similaridade com a correria diária, nos traz uma enorme gama de imagens rápidas, descontínuas, cortadas e editadas. “Realidade” está presente na sociedade em vários seguimentos podendo ser percebida em atividades do nosso cotidiano, discussões acadêmicas, brincadeiras de criança, modo de falar, modo de vestir, o que ler e especialmente em produtos comercializados, que são inspirados nas produções de TV.

Quanto a “realidade” exibida pela mídia Guareschi e Biz (2005) nos lembram que há milhares de coisas que acontecem no Brasil e no mundo e que nunca tomaremos conhecimento se a mídia resolver não contar. A televisão passa a noção de que pode cobrir todos os acontecimentos e de que tem a melhor forma de informar. Despertando assim uma confiança e credibilidade do telespectador, que é levado a crer que a TV cuida de seus interesses e informações mais importantes. Não que o receptor não seja considerado, mas sabemos que o que importa é manter a audiência e para isso quanto mais sensacionalista, trágico ou bizarro mais para manter o espectador a frente da TV, mais importante é o fato. Aumentar os índices de audiência, e faturar mais com publicidade é o que realmente importa.

É nesse sentido, principalmente, que a mídia nos cerca: numa situação em que a mídia, contra a própria constituição, passa a ter “donos”, ficamos sabendo e falamos apenas o que ela quer e não ficamos sabendo aquilo que ela não quer que saibamos. Essa grande questão: sua força de criar ou de fazer desaparecer, realidade social. (Guareschi; Biz, 2005, p.8)

A televisão também não pode ser considerada uma intrusa nas famílias brasileiras, pois estas geralmente são devidamente convidadas, ou melhor compradas pois pagamos por elas. E a não ser que o aparelho tenha um timer programável, elas não se ligam sozinhas. Ela não vem do nada e ocupa um lugar como se fosse um invasor ou alienígena. A TV influencia e é influenciada pelo meio onde está inserida, “coabita” com as famílias.

Segundo Silverstone (2002) a mídia é atualmente essencialmente “parte da textura geral da experiência” e seu poder e influência se afirmam através da sua participação no cotidiano e na construção do senso comum, compartilhado por toda a sociedade. Para o autor o ato de ligar o aparelho de TV é “envolver-se em um movimento espacial diferente”, é se conectar de alguma forma com outros que estão simultaneamente fazendo a mesma coisa, assistindo ao mesmo programa, em uma comunidade nacional. O que causaria aos telespectadores uma sensação de pertencimento, fazendo-o sentir como parte de um todo. (Silverstone, 2002, p: 24)

Num meio de pais ocupados e/ou ausentes, em uma cidade sem espaços seguros de convivência, comunidades verticais sem áreas de lazer; o isolamento familiar é uma consequência assim como a TV, que passa a ter um lugar central nas casas. Um tipo de lazer barato, que não traz riscos de violência física, que não pede nada em troca. Em muitas famílias tempo e espaço são organizados em torno da TV e sua programação chegando até a depender da televisão para determinar a hora de deitar de ir ao banheiro ou até mesmo o horário das refeições.

Assistir TV tem sido uma atividade extremamente individual das famílias brasileiras, muitas vezes cada membro com um aparelho em cômodos diferentes ou em tempos distintos seus programas favoritos. Conversas entre família ficam cada vez mais escassas e com o passar do tempo pais e filhos não se conhecem bem, devido à falta de interação.

As crianças apenas mantêm contato umas com as outras nas escolas ou curso extracurriculares, mas quando termina a aula cada uma vai para sua casa, e muitas vão passar as horas que lhes restam em frente a televisão, já que os responsáveis sentem mais segurança quando seus filhos estão dentro de casa e longe da violência das ruas.

A televisão não ocupa nos lares o lugar de um mero eletrodoméstico: ela interfere nas relações sociais, relações familiares em nossa forma de agir e gera novos modos de perceber a realidade, de aprender, de produzir e difundir conhecimento e informações. Está ao acesso de praticamente toda a população e com seu poder de atração quase mágico, cativa milhares de pessoas a compor uma audiência permanente e fiel a sua programação sedutora e de inesgotável persuasão, atingindo indivíduos de todas as faixas etárias.

CAPÍTULO II

2 - EDUCAÇÃO - UMA VISÃO AMPLA DO CONCEITO

Para a imensa maioria das pessoas educação (ou ensino) é a simples passagem de conhecimento e informação de quem sabe para quem não sabe. Mesmo quando se trata de desenvolvimento de condutas e de aquisição de valores, a forma de educar consiste na passagem verbalizada (oral ou escrita) de conhecimentos e de informações de quem educa para quem é educado. Nesse processo toma-se como mais importante o conteúdo a ser transmitido, o educador como detentor do saber e o educando como mero depositário de informações. É a concepção tradicional da educação, há muito presente em nossa sociedade.

A concepção tradicional de educação ignora completamente as características e condições tanto do educador quanto do educando. Além de tratar o conteúdo como totalmente independente da forma, ou do método de ensino. Levando a uma apresentação ou exposição de conhecimentos e informações, sem qualquer consideração pela subjetividade do educador ou do educando. Prevalecendo o contexto da explicação e centralização dos conteúdos.

O processo de desenvolvimento dos conceitos ou significados das palavras requer o desenvolvimento de toda uma série de funções como a atenção arbitrária, a memória lógica, a abstração, a comparação e a discriminação, e todos esses processos psicológicos sumamente complexos não podem ser simplesmente memorizados, simplesmente assimilados. (Vygotsky, 2001apud Paro, 2010)

Segundo Vygotsky a relação cultural que o indivíduo estabelece no meio em que vive é fator crucial em sua aprendizagem e desenvolvimento sócio histórico. Sua visão de desenvolvimento se baseia na concepção de sujeito ativo, cujo pensamento é construído de maneira lenta em um ambiente que é histórico e em essência, social. Destacando as possibilidades que o sujeito tem a partir do meio em que vive e ao acesso a “instrumentos” físicos (como a faca, a mesa, o computador etc.) e simbólicos (como a cultura, tradições, conhecimentos etc.) historicamente produzidos.

Dialogando com Vygotsky dentre outros Vitor Paro (2010) nos convida a tratar a educação de forma científica, tomando-a por um conceito mais rigoroso, que nos aproxime de sua especificidade e condição. Partindo de seus sentidos mais amplos, na qual a educação

consiste na apropriação da cultura. Esta que entendida em sua amplitude, envolve conhecimentos, valores, crenças, informações, filosofia, arte, tecnologia, costumes, tudo enfim que o homem produz ao fazer história. Podemos então perceber que ao tomar cultura como objeto de apropriação do educando, expandimos o campo dos chamados conteúdo da educação, que se estendem para além as fronteiras que limitam o senso comum e a escola tradicional. “A educação não pode se restringir a preparar as pessoas para o mercado de trabalho. O ensino não pode ser reduzido a um simples processo de treinamento” (Guareschi e Biz, 2005)

O conceito científico de educação proposto por paro (2010), não tem como finalidade desenvolver competências e habilidades nos alunos que os capacite apenas para responder testes e provas ou ingressar no mercado de trabalho, mas visa a formação do homem em sua integralidade, ou seja, quando considera “a própria cultura humana em sua inteireza, como produção histórica do homem, não se bastando nos conhecimentos e informações, porque o “conteúdo envolve toda a cultura” (Paro, 2010, p:25) e não apenas sua transmissão.

Segundo Alexis Leontiev,

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, os órgãos da sua individualidade, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função este processo é, portanto, um processo de educação. (Leontiev, 2004:290; apud paro, 2010)

A educação como apropriação cultural representa uma atualização histórico-cultural, ou seja, uma progressiva evolução em termos culturais entre o estado no momento do seu nascimento e seu crescimento. O que significa dizer que ele se torna mais humano (histórico) à medida que vai se apropriando de cultura, conhecimento, informações valores, crenças etc. Porém jamais podemos ignorar o complexo processo pelo qual o indivíduo se apropria dos componentes culturais e estes se incorporam em suas vidas e principalmente dando ênfase a necessidade do envolvimento do educando como sujeito nesse processo.

Como já nos dizia Paulo Freire (1997) compreender o termo educação incide em toma-lo como processo permanente, o ser humano como um ser inconcluso, mas consciente de sua inconclusão. Ou seja, um ser por natureza em permanente processo de busca, formação. “*A vocação do ser mais, enquanto expressão da natureza humana fazendo-se na história, precisa de condições concretas sem as quais a vocação se distorce*” (Freire, 1997, p.11). Possibilitar as condições concretas para a existência de seres humanos, conscientes e dignos, no cumprimento de sua *vocação* e na realização de seu *destino*.

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais (Freire,1997 p.20)

Segundo Freire (1997) a educação deve ser capaz de humanizar através de um processo libertador, crítico e subjetivo, a partir do diálogo como forma de construção de conhecimento e valorização dos saberes de cada sujeito. Para que haja conscientização, ou seja, efetiva libertação. Para freire a conscientização tem como base a ação e reflexão do sujeito, sendo esta também um compromisso através do qual o indivíduo pode assumir seu papel de cidadão crítico e transformador do mundo, de forma consciente. Somente através da conscientização somos capazes de “ultrapassar o nível meramente opinativo de conhecer”(Freire, 1997, p.11).

Complementando tal pensamento Guareschi e Biz (2005) partem da afirmação “de que a tarefa fundamental e imprescindível da educação é possibilitar a existência de seres conscientes, livres e responsáveis” e que este seria o tripé da dignidade humana. Definem ainda consciência como “à resposta à pergunta: quem sou eu? Que é o mundo que me rodeia?”, um processo contínuo e infinito em busca de respostas, com possibilidades infinitas de ampliação de perguntas e respostas e reflexões sobre si e sobre o mundo que o rodeia. É essa conscientização que leva a liberdade, só é livre quem têm consciência. A consciência que possibilita a liberdade é o que nos torna responsáveis, pois quando há motiva para agir de tal forma, isto é, uma opção pessoal, de livre e espontânea vontade, ou seja, “sou responsável porque sou livre, e sou livre porque tenho consciência”.(Guareschi; Biz,2005 p.20)

É esse o ser humano que entendemos e pressupomos em nosso empreendimento de busca e constituição de uma sociedade democrática e participativa. E deixamos claro, então, que o que buscamos é uma educação que dê conta dessa tarefa. Com mais clareza ainda. A tarefa fundamental, essencial, indispensável da educação é propiciar às pessoas esse processo de libertação: crescer em consciência, para nos tornamos mais livres e autenticamente responsáveis. (Guareschi e Biz, 2005 p.21)

Tomando por base amplo conceito apresentado podemos dizer que a prática educativa acontece e se faz presente em diversos momentos e circunstâncias da vida social: na família, nas igrejas, nas empresas, nas instituições sociais e políticas, nos movimentos populares etc. Porém jamais podemos ignorar o complexo processo pelo qual o indivíduo se apropria dos componentes culturais e estes se incorporam em suas vidas e principalmente dando ênfase a necessidade do envolvimento do educando como sujeito nesse processo de conscientização e libertação.

“Essa atividade educativa acontece e se faz presente em todos os momentos e circunstâncias da vida social: na família, nas igrejas, nas empresas, nas instituições sociais e políticas, nos movimentos populares.” (Guareschi e Biz, 2005 p.16)

CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO PELA E PARA A TV

3.1- A TV e a questão legal

A Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, apresenta indícios de uma preocupação por parte dos constituintes com a necessidade de se regular os serviços de radiodifusão ou mídia eletrônica, porém a maior parte de seus artigos ainda foi regulamentada pelo Congresso Nacional. Ainda que tenha havido tentativas, sem sucesso. Vamos ao tratamento que a nossa carta magna dá ao serviço de radiodifusão nacional.

A radiodifusão ou mídia eletrônica – radio e televisão resulta de concessões feitas, por tempo determinado, que necessitam ser renovados a cada 10 anos para as estações de rádio e 15 anos para os canais de televisão. Obter uma concessão significa ter uma licença para usar o que não é seu. O verdadeiro dono das frequências dos canais é o povo é um bem público, mas o que vemos no Brasil é o que está diferente do registrado nas leis.

Art. 21. Compete à União:

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

XVI - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;. (BRASIL, CF/1988)

No Título VIII, “Da ordem Social” temos o capítulo V dedicado a comunicação social, artigos 220 a 224. Segundo Guareschi e Biz (2005) as diretrizes contidas nestes capítulos são quase que totalmente desconhecidas pela população, por isso consideram imprescindível a divulgação e o esclarecimento destes artigos para que as pessoas tomem ciência dos direitos e das obrigações da mídia e do governo. Deveres esses que a poucos interessam que sejam realmente cumpridos. Vejamos o que nos diz o primeiro artigo do capítulo V:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º "A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade. (BRASIL, CF/1988)

Neste artigo o constituinte demonstra a preocupação com a imagem da mídia como bem público visto que garante a liberdade de expressão, atenta a regulamentação de espetáculos públicos com indicativo de faixa etária, a propagandas de produtos, praticas ou serviços que possam ser nocivos à saúde ou ao ambiente. Além de deixar claro que os meios de comunicação não podem ser objeto de monopólio ou oligopólio.

Nosso próximo artigo requer atenção quase que item por item, ou seja, principio a princípio. Visto que seus princípios e a atual omissão legislativa quanto a estes é crucial aos objetivos propostos neste trabalho.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito "aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. (BRASIL, CF/1988)

Anteriormente mencionamos a educação, nossa sociedade e cultura mediadas pela mídia. O inciso I nos traz sabiamente expresso a necessidade de se dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. A norma existe, está inserida na Constituição Federal em vigência, mas ainda há necessidade que as pessoas tomem conhecimento e tenham consciência, da real serventia desse espaço público, pertencente ao povo.

Vivemos em uma economia capitalista de mercado, e as empresas privadas que detêm a concessão pública das redes de televisão no Brasil almejam obter cada vez mais lucro. E para obter lucro é necessário veicular programas que deem audiência. E estes ao contrário do que diz nossa carta magna, dificilmente dão preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

Como explicar os altos índices de audiência dos programas com apelo erótico, ao sensacionalismo e à baixaria, quando não explora a miséria e o sofrimento alheio? A resposta sem dúvida é demais por complexa, mas parte dela sem dúvida diz respeito à falta de educação e conhecimento do povo. O indivíduo só pode gostar daquilo com que tem contato, do que lhe soa familiar. Por isso encher as redes de TV com programas educativos de nada adiantaria, primeiro é preciso apaixonar-se. Parafraseando Rubem Alves “ Programas educativos são inteligentes, belos e inúteis. Somente os que já estão educados se interessam por eles.” Precisamos educar para seduzir o público para este tipo de programa. (Alves, 2010, p.17)

Quanto ao segundo princípio: a mídia televisiva é fundamental para promover a cultura nacional e regional além de incentivar produções independentes. O fascinante mundo dos sons e imagens em movimentos é capaz de alcançar as regiões mais remotas e as regiões mais remotas do interior do país. Porém o que vemos nos dias hoje são redes de televisão que produzem em sua matriz seus próprios programas e os retransmitem para suas afiliadas. Ao invés de uma regionalização temos um processo de dominação cultural.

Guareschi e Biz (2005) apontam a dominação cultural como um risco, pois uma única cultura é difundida, “como acontece entre nós, é uma cultura que provém apenas de determinadas partes do país, uma cultura de Ipanema. Os autores questionam ainda.” O não cumprimento do que seja “ público”, pois se o meio é público, deve estar aberto de uma forma ou de outra a todos.” Em uma sociedade todos somos sujeitos de direitos e deveres. Sendo sujeitos devemos ter vez e voz, ter a oportunidade de se manifestar, de ser reconhecido e de participar dos espaços públicos desta sociedade. E a mídia como uma concessão pública deve ser porta voz dos grupos organizados da sociedade.

A regionalização da produção cultural é o ponto do terceiro inciso que deveria ter seus percentuais estabelecidos por lei. A regulamentação poderia trazer vantagens à população

local, assim como a variedade de informações locais, acentuadas no que acontece na sua região, mais programas culturais, geração de emprego e um menor número de programas em cadeia. Mas enquanto o poder legislativo continua se omitindo, fica fácil a vida dos empresários, que com menos investimento produzem menos programas com um menor número de funcionários; os retransmitem e continuam faturando alto. “As emissoras criticam a produção regional obrigatória, alegando dificuldades para pagar os custos da produção regional.” (idem, p.96)

No quarto princípio o constituinte fala a respeito dos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Segundo Guareschi e Biz (2005) deveriam haver instâncias organizadas na sociedade civil, que pudessem estabelecer um diálogo amplo e profundo com os responsáveis pela mídia. Como uma forma de manifestar suas intenções, opiniões e reclamações.

Vamos ao artigo 222 do capítulo V que diz:

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

§ 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º.

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional. (BRASIL, CF/1988)

O artigo 222 foi criado em 1988 com o então objetivo de assegurar que a mídia estivesse em mãos de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e assim foi até 2002 quando foi aprovada a emenda constitucional n.º36 com o simples objetivo de assegurar a possibilidade da participação de empresas estrangeiras em até 30% do capital de empresas brasileiras detentoras de emissoras de rádio e televisão. Tal emenda foi prontamente

regulamentada pela medida provisória n.º70. E assim foi modificada a redação do art. 222 da CF/88.

Passemos ao artigo 223 da CF/88 que reza assim:

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão(BRASIL, CF/1988)

O artigo 223 prevê a complementariedade dos sistemas estatal, público e privado de comunicação, mas na realidade no Brasil, o que ocorre é o predomínio dos meios de comunicação privados. "As redes privadas controlam 80% das emissoras de Tv. (FNDC, 2005). Segundo Guarrechi e Biz a legislação atual funciona como um facilitador para que os mesmos proprietários dos veículos de comunicação possam adquirir novos canais e cada vez mais concentrar poder e riqueza nas mãos destes poucos beneficiados pela concessão do bem público. (2005, Pg. 106)

O artigo 224 institui o conselho de comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional com a seguinte redação: ' Art. 224. Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.' (BRASIL, CF/1988)

A lei nº 8.389, de 1991 esclarece e regulamenta o Conselho de Comunicação social. Esse Conselho tem como atribuições realizar estudos e pareceres, recomendações e outras solicitações do congresso nacional no que diz respeito a regulação dos meio de comunicação do país. Fazem parte do conselho, dois representantes das mídias, um engenheiro com conhecimento na área, radialistas, jornalistas, profissionais de cinema e vídeo, artistas, além de cinco representantes da sociedade civil. O artigo 8 desta lei afirma que o conselho deveria ser formado 60 dias após a publicação desta. Porém passou-se 10 anos entre o ano em que o

conselho deveria ter sido instalado e o ano da posse da 1ª diretoria 2002. Funcionou efetivamente entre 2002 e 2006 com reuniões mensais e foi retomado em 2012.

Como podemos observar apenas dois dos cinco artigos presentes no capítulo V – Da Comunicação Social do Título VIII – Da Ordem Social da CF/88 foram regulamentados. Apesar de esta necessidade estar expressa desde 1988, isso ainda não foi feito. As tentativas de regulamentação esbarraram no interesse dos proprietários de rádio e televisão.

O desafio é complexo. Requer mudanças na própria organização do poder, requer a interrupção de comportamentos viciados dentro do estado. Embora seja notório que o poder acumulado por organismos como a rede globo é produto em parte, de talento artístico, de capacidade empresarial e de muito trabalho de qualidade, não há como esconder que houve um enorme benefício resultante de favores político e da prática do monopólio – o que deveria ser impedido por lei. A constituição federal de 1988 bem que procurou estabelecer restrições a isso 9art. 220, § 5º: “os meios de comunicação não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.”, mas inutilmente. “Dê-se a desculpa que quiser – falta de legislação ordinária, falta de regulamentação, falta de controle ou falta de precisão do texto constitucional -, o fato é que o parágrafo 5º do artigo 220 já nasceu letra morta” (Bucci, 2000, p.21)

Ainda segundo Bucci (2000) “ou a televisão continua a delimitar o espaço público, ou o espaço público decide por suas forças legítimas, disciplinar a televisão que os ocupa”. (Bucci, 2000, p. 21)

3.2 Educação pela TV

Compreendendo o processo de aprender na relação cotidiana dos alunos, visto que estes têm fora do ambiente escolar acesso a inúmeras informações e imagens transmitidas por diversos meios de comunicação, não seria possível desconsiderar as influências desses meios ou seus personagens fatos, cenários e costumes que os instigam e fazem ter contato com diferentes contextos e vivências. Segundo Duarte “No Brasil, a televisão preenche lacunas geradas pela falta de acesso ao teatro, cinema lazer e informação” (2008, p.83).

A cultura de massa e seus meios não podem ser estudados dissociados da situação político-econômica pela qual atravessam. Vivemos em uma sociedade mediada pelos meios de comunicação. Precisamos entender a função desses meios, suas demandas e problemas, para então reconhecer a nova realidade que envolve educadores e educandos. Compreender a televisão, refletir sobre ela é pensar sobre o nosso tempo e nossas práticas, é refletir sobre essa vitrine de amplo alcance e de tamanha imponência e evidencia social e histórica.

Considerando que o Brasil ainda é um país com altos índices de semianalfabetos e analfabetos funcionais, a televisão e o rádio possibilitam que inúmeros segmentos sociais entrassem em contato com diversos conteúdos que antes só seriam possíveis por meio da palavra escrita, ou seja, a TV socializou informações, notícias e entretenimento. Assim como destaca e defende Fischer a participação direta ou indireta na formação das pessoas e influência em sua subjetividade. (Fischer, 2003, p.15)

Nesse sentido, defendo a tese de que a tv, na condição de meio de comunicação social, ou de uma linguagem audiovisual específica ou ainda na condição de simples eletrodoméstico que manuseamos e cujas imagens cotidianamente consumimos, tem uma participação decisiva na formação das pessoas – mais enfaticamente, na própria constituição do sujeito contemporâneo. Pode-se dizer que a Tv, ou seja, todo esse complexo aparato cultural e econômico – de produção, veiculação e consumo de imagens e sons, informação, publicidade e divertimento, com uma linguagem própria – é a parte integrante e fundamental de processos de produção e circulação de significação e sentidos, os quais por sua vez estão relacionados a modos de ser, modos de pensar, a modos de pensar, a modos de conhecer o mundo, de se relacionar com a vida. (Fischer, 2003, p.15)

Precisamos considerar que estamos todos, alunos, pais e professores, sujeitos à ação da mídia. Essa é a força da influência da mídia na sociedade contemporânea. Segundo

Napolitano (2011), esse seria um dos principais problemas a serem pensados pela escola que pretende educar pela TV – “a mídia mais poderosa, sofisticada e abrangente” – como fonte de conhecimento, já que segundo o autor:

A tarefa primordial da escola, tendo em vista o trabalho com o material da TV, será a de pensar o grau de midiabilidade das suas diversas clientelas e dos indivíduos e grupos sociais envolvidos no trabalho escolar, bem como as diversas formas de recepção dos conteúdos veiculados pela mídia. (idem, 2011, p. 12)

Educar pela TV significa ultrapassar o ensino com a mídia. A mídia vai além do recurso audiovisual, apenas técnico e o que segundo Sporleder (2003), “denomina pedagogia com os meios; é preciso abraçar a pedagogia dos meios”, cujo “objetivo será oferecer pautas para a análise crítica dos meios de comunicação de massa” (Sporleder in Marchioro et al, 2003 p.38)

Napolitano (2011) aponta que é necessário que o educador incorpore as suas aulas materiais vinculados pela TV como possibilidade de produção de conhecimento, tamanha abrangência e sofisticação do meio. O autor não propõe a substituição da palavra escrita por imagens televisivas, nem tampouco utilizar a TV como estímulo e reforço didático para conteúdos desenvolvidos em sala de aula. O que este propõe é uma alfabetização que seja capaz de estimular uma reflexão crítica acerca dos conteúdos transmitidos pela TV e incorporar parte de seus conteúdos e programas como fonte de aprendizagem, articulando conteúdo e habilidades. (idem, p.13)

Já Melo e Tosta (2008) pensam que nos tempos atuais a educação deve ter uma perspectiva comunicativa que interaja com os processos midiáticos e suas tecnologias. E trazem a importância da análise de diferentes formas e conteúdos televisivos, o que poderá fornecer ao educador e ao educando em sala de aula e nos múltiplos espaços de que a escola dispõe, na medida em que o educador se torna mediador no processo interativo de aprendizagem através da mídia televisiva. (idem, p.61)

Na concepção de Napolitano (2011) o uso do material audiovisual em sala requer uma interdisciplinaridade que deve contar com um videoeducador ou professor mediador, que deve ser um profissional capacitado para planejar e executar atividades que envolvam o trabalho

com o material da TV (que repetimos não deve ser confundido com programas de vídeo com conteúdo escolar, como os que caracterizam os programas de ensino a distância). (idem, p.25)

O uso da TV em sala de aula deve ser encarado como um projeto, de preferência coletivo, partilhado entre diversos profissionais de um estabelecimento escolar. O poder e a influência da TV só podem ser revertidos em conhecimento escolar na medida em que o uso da TV em sala de aula seja a consequência de um conjunto de atividades e reflexões partilhadas (o que não invalida as eventuais iniciativas individuais).(Napolitano, 2011)

Magaldi (2006, in Fischer, 2006) aponta a possibilidade de educar pela TV, porém é enfática ao afirmar que a educação pela TV deve ser simultânea a educação para a televisão. Pois uma formação cidadã não pode dispensar uma educação consciente para as mídias, em especial para a mídia televisiva. Que forma comportamentos e opiniões. (idem, 2006 p.113)

Cabe, sim, educar para uma compreensão objetiva e crítica da linguagem e das mensagens da TV para identificação de como ela funciona enquanto mídia comercial, de como ela interage com as realidades sócio culturais e políticas no mundo todo, mas de modo especial no Brasil. (Magaldi apud Fischer 2006, p.113)

3.3 Educar para TV

Reconhecendo o alcance, a importância e a influência da televisão em nossas vidas, principalmente na vida de nossos alunos, temos que trabalhar no desenvolvimento de novas habilidades e aprender a dominar as técnicas multidimensionais de comunicação sensorial, emocional e racional cada vez mais sofisticada utilizada nos meios de comunicação. Ao invés de demonizar ou santificar o advento da televisão, devemos admitir que esta constitui um elemento importante da cultura contemporânea e que de forma orientada pode incentivar a participação crítica, ativa e cidadã do educando na sociedade da qual faz parte.

Como educadores, temos de saber o que fazer para minimizar esse poder exacerbado nas mãos de um grupo antipopular, par aumentar a capacidade crítica das grandes massas populares, sobre quem recai o peso dos comunicados. (Freire; Guimarães, 2011, p.33)

Ainda segundo Freire os meios de comunicação de massa devem ser analisados e jamais ignorados. (Idem, p.41) Afinal como desenvolver uma compreensão crítica daquilo que não dominamos. É preciso aproveitar a liberdade e a criatividade do espaço televisivo, mas ao mesmo tempo, aprender a definir os limites, desenvolver a consciência crítica, fortalecer as próprias identidades e dos grupos no qual estão inseridos.

Qualquer que seja a inteligência que se tenha da frase “a alfabetização em televisão”, ela nos remete a duas questões fundamentais – a da curiosidade humana e da leitura do mundo, enquanto leitura primeira, anterior a leitura da palavra. A curiosidade, própria da experiência vital, se aprofunda e se aprimora no mundo da existência humana. Enquanto inquietação em face do não eu, espanto ante o desconhecido, ante o mistério, desejo de conhecer, de desvelar o escondido, de procurar a explicação dos fatos, de averiguar, de investigar para constatar, que possibilita intervir, a curiosidade é motor do conhecimento. (Freire; Guimarães, 2011, p.229)

Sporleder (in Marchioro et al, 2003), nos esclarece que a alfabetização a qual Freire se refere demanda da aquisição de competências desenvolvidas no interior das práticas sociais e culturais. Além de incluir a apropriação de habilidades e conhecimentos para descrever e interpretar o mundo, e participar de forma ativa da sociedade, retomando aqui um dos princípios básicos da sabedoria freiriana: “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”.

Naturalmente antes de ter contato com a linguagem escrita, a criança tem contato com sons e imagens sejam estas estáticas ou em movimento, ou seja, o sonoro e o imagético

precedem o textual na vida. Sob uma condição de “normalidade” que não deve ser ingênua estabelece relações entre sujeito e sociedade. Hall (1972) define a TV como um centro de forças, pois por ela é possível escutar e auscultar o ritmo e a melodia de uma cultura e acompanhar os movimentos dos agentes sociais. Conforme Hall “a televisão é um meio de comunicação cultural e de criação, por onde a sociedade se analisa, se julga e se crítica”. (Hall, 1972 apud França; Corrêa org.,2012 p. 39)

No Brasil como a informação e a forma de ver o mundo provêm principalmente da Tv. Ela alimenta e atualiza o universo afetivo, sensorial e cultural da população em geral. Um meio de comunicação tão presente não pode deixar de ser objeto de estudo nas universidades e nos cursos de formação de professores. Segundo Sporleder, (2003 in Marchioro et al, 2003) é o exercício continuado do processo de ensinar a “ler” a televisão que propicia a construção da consciência reflexiva e crítica que pretendemos para nossos alunos.

A alfabetização midiática vai além do ver TV segundo Kellner (2001, apud Sporleder in Marchioro et al, 2003) significa desenvolver competências envolvidas no uso efetivo de formas de comunicação e representação socialmente construídas. Ou seja, o acesso as mídias, o entendimento de suas linguagens e principalmente a capacidade de analisar e avaliar criticamente as mensagens transmitidas em tudo que assistimos. Neste contexto, o autor sugere ainda que a educação deve desenvolver uma pedagogia crítica preocupada com a leitura das imagens.

Aprender como apreciar, decodificar e interpretar imagens, analisando tanto a forma como elas são construídas e operam em nossas vidas, quanto o conteúdo que elas comunicam em situações concretas. (Kellner, 1995 apud Gastal in Marchioro et al, 2003 p.18)

Segundo Belloni (1996 apud penteado, 2001. p.26), é preciso educar o olhar, o ouvir, a percepção considerando o educando como sujeito ativo no processo de educação e comunicação, como sujeito capaz, participativo, responsável por criar e se expressar por meio de diferentes linguagens. Nesse processo educador e educando precisam ser receptores críticos e usuários dos meios de comunicação. O processo não está em apenas utilizar a televisão como mero recurso, mas utiliza-la como objeto de estudo e reflexão.

A escola precisa considerar que a consecução de suas finalidades educacionais passa, necessariamente, pela apropriação das novas linguagens estabelecidas/utilizadas pelos meios de comunicação de massa. Não há como formar telespectadores críticos, se não os ensinarmos a perceber/dominar os códigos da linguagem televisiva, desvelando-a em suas diferentes manifestações e interesses. (Sporleder in Marchioro et al, 2003, p. 31)

O textos multimidiáticos circulam no espaço escolar, assim como em todos os espaços sociais além de estarmos mergulhados em um universo em que o aspecto visual é preponderante. Diante deste contexto não há como manter a escola indiferente a linguagem audiovisual. Assim como nos aponta Sporleder é preciso considerar que toda a comunidade escolar está sujeita à realidade midiática o que torna imperativo uma análise cuidadosa por parte de pais e educadores, ainda mais do papel da escola, para desenvolver uma proposta pedagógica que contemple a cultura da palavra com as novas linguagens e seus outros modos de ver, ler, pensar e aprender. (Sporleder in Marchioro et al, 2003, p.36) Que contemple uma perspectiva comunicativa. O educador precisa considerar que há informações circulando por diversas forma e diferentes modos, ou seja o saber esta disperso na sociedade sob a forma de informação e de conhecimento.

Por melhor que seja o professor, se ele não levar em consideração que seu aluno chega à escola já alfabetizado em várias linguagens – ainda que não a escrita – e detentor de razoáveis fatias de saber sobre o mundo, seu trabalho está fadado ao fracasso. E, o que normalmente acontece, ocorrerá num contexto de indisciplina por parte dos alunos que leva tão somente à ampliação do autoritarismo. (Baccega, 2003, p.80)

Por meio do que é veiculado pela televisão as pessoas tem acesso a uma grande gama de informações, que de forma despreziosa e sedutora falam sobre a vida, os problemas, os sentimentos e o presente cotidiano. Na contramão estão escola e educadores, em sua maioria – desorganizados, monótonos e cansativos. Por isso viabilizar uma relação entre o que veiculado nos meios de comunicação e a escola torna-se um grande desafio.

A escola não pode se restringir ao texto verbal escrito. Assim como este exige um longo e complexo processo de aquisição e desenvolvimento, para que o indivíduo possa utilizar suas habilidades para a compreensão e a interpretação, a linguagem audiovisual também exige o desenvolvimento de novas competências. Aos professores é designada a tarefa de refletir com seus alunos sobre o que lhes é apresentado pela TV, suas posições,

problemas, reconhecendo suas interferências no seu modo de agir e na maneira de se comportar diante da sociedade. Trata-se de respeitar e saber conviver com essa linguagem.

A linguagem audiovisual oferece um aspecto de forma e conteúdo aparentemente completo. Entretanto diante desta aparente completude há significados imediatamente perceptíveis e muitos outros ligados ao mundo das ideias, dos comportamentos, das crenças, dos conceitos, das ideologias que é necessário certo domínio da linguagem para “ler”; compreender, interpretar, criticar, responder concordar ou discordar.

Sobre aprender e dominar a linguagem audiovisual ou a linguagem da televisão Fischer nos esclarece sobre a necessidade de tornar a TV em objeto de estudo e a importância de estudar e analisar esta linguagem:

Tornar a TV objeto de estudo significa adentrar esse mundo da produção de significações, através do estudo de uma linguagem específica, da análise de um meio de comunicação que se tornou para nós, especialmente para nós, brasileiros, absolutamente imprescindível, em termos de lazer e informação. Eu diria até mais: que o domínio dessa linguagem e dos processos comunicacionais que ocorrem por parte dos diversos e distintos públicos, em relação com os também diferentes produtos televisivos, é a meu ver elemento dos mais importantes no aprendizado de uma cidadania cultural. Ou seja, aprender a lidar com esses artefatos da nossa cultura, investigando a complexidade dos textos, sonoridades, imagens, cores, movimentos que nos chegam cotidianamente através da TV, é também aprender a lidar com um jogo de forças políticas e sociais que ali encontram espaço privilegiado de expressão. (Fischer, 2006, p.52)

Os meios de comunicação exploram nossas emoções, fantasias desejos, medos e aperfeiçoam continuamente suas estratégias e formulas de sedução e dependência. Desenvolvendo formas sofisticadas multidimensionais de comunicação sensorial, emocional e racional. Partem do concreto, do visível, do imediato próximo, que toca todos os sentidos e mexem com o corpo, com a pele, com as sensações e aparentam estar ao nosso alcance por meio de recortes visuais, do close, do som estéreo envolvente etc.

Fischer (2006) acrescenta que vemos TV dispersivamente enquanto realizamos outras atividades, conversamos, almoçamos, atendemos telefones, recebemos amigos etc. A linguagem básica da televisão foca nessa dispersão intercruzando as linguagens verbal, musical, escrita e visual, cujas intencionalidades significativas estão relacionadas a

articulação, superposição e combinação dessas diferentes linguagens – cortes de câmeras, diferentes enquadramentos, cores, sons, movimentos, luz, efeitos. A autora cita como exemplo a narrativa das telenovelas quanto aos tipos de planos utilizado sem que as sequências são feitas entremeando-se brevemente imagens panorâmicas de paisagem para um plano próximo, em corpos, rostos e vozes em detalhes. Além dos programas de entrevistas, telejornais, comerciais etc. que se utilizam dos *talking heads* ou cabeças falantes, como descreve com base no conceito de machado (1988).

As *talking heads* fala diretamente ao espectador, crava-lhe os olhos, pressupõe a sua presença, ao contrário da narrativa transparente em que os eventos parecem acontecer por si sós, como um mundo paralelo ao nosso. Em nenhum momento da recepção de um programa de tevê o espectador perde a certeza de que está em casa, olhando para o parêntese que lhe traz a imagem reticulada de um *talking head*. Isso quer dizer que o espectador de tevê, mesmo solitário, não é nunca o indivíduo isolado e desprotegido que caracteriza o espectador da sala escura do cinema. Ele é sempre o cidadão, o homem público a quem falam as imagens e sons, ele é o alvo direto e confesso tanto do aliciamento quanto do contato buscado pelas *talking heads*, dependendo dos fins que a televisão persegue (Machado, 1988 in Fischer, 2006, p. 60).

Diante do exposto, Fischer também enfatizou o quanto os elementos técnicos estão presentes na produção de diferentes efeitos e significados nos modos e formas de fazer e assistir TV. Tais condições de produção e veiculação das imagens eletrônicas são a base para um trabalho educacional sobre a televisão e devem ser pensados dos pontos de vista técnico; comunicacional, social, cultural e educativo de forma simultânea, atentando a pluralidade e as particularidades desta linguagem.

Entendemos a partir de Fischer (2006) o conceito de imagem, quanto produto de uma construção. A imagem é elaborada no cruzamento de múltiplas relações, de experiências individuais e sociais, psicológicas, políticas e culturais. Segundo a autora imagem e sentido não se separam. De alguma forma é possível dizer algo sobre uma imagem e as imagens nos “dizem” algo. Além disso, devemos registrar, que as imagens televisivas são construídas, captadas, tratadas com uma série de elementos diferentes, ou seja editadas em diversos contextos significativos (Idem, p. 64 – 69).

Nem só de imagens se fazem os programas televisivos, muito pelo contrário estes estão apoiado, na oratória verbal, suas falas além de sons musicais – onomatopéicos, marcadores de ações, gestos, fenômenos da natureza e músicas. Sobre a palavra e sons da TV.

Fischer (2006) nos esclarece que apesar da força das imagens a palavra pode ser usada na TV ora como fixadora, ora como impulsionadora de sentidos. Pautada nas ideias de Barthes (1990) a autora considera que o diálogo na TV também pode ser usado para elucidar imagens e cenas dando sequência e sentidos que a imagem não têm. O diálogo empregado é o utilizado no cotidiano, coloquial. Na TV o aspecto preponderante é garantir a familiaridade ao telespectador.

Qualquer análise que se faça da TV, qualquer identificação de tipos e formas de linguagem presentes nesse meio, terá de forçosamente levar em conta o conjunto do processo comunicativo, a situação específica de produção e veiculação daquele programa, em termos políticos e culturais, mas primordialmente terá que considerar um dos elementos (dos mais importantes) no estudo da linguagem da TV: o público, aquele a quem se dirigem as mensagens (Fischer, 2006, p.77)

Segundo Morin (1962) a linguagem audiovisual, é a linguagem que se adapta ao que ele chama de homem médio ou universal, que seria puro e simples no sentido de se tratar de um homem imaginário, que sempre responde às imagens pela identificação ou projeção. “Uma espécie de *anthropos* universal”. (p.35)

Linguagem, enfim, que se desenvolve tanto e mais sobre o tecido do imaginário e do jogo que sobre o tecido da vida prática. Ora, as fronteiras que separam os reinos imaginários são sempre fluidas, diferentemente daquelas que separam os reinos da Terra. Um homem pode mais facilmente participar das lendas de uma outra civilização do que se adaptar à vida desta civilização. (Morin, 1962, p .35)

Não nos damos conta de que o que é noticiado, por exemplo, foi escolhido para tal. Construído sob uma falsa neutralidade e imparcialidade assistimos notícias “oficiais”, como um fato natural e único. Fatos são escolhidos em detrimento de outros que são silenciados como se não fizessem parte da história, não passou na TV não aconteceu.

Eugenio Bucci, em seu livro *Brasil em tempo de TV* escreve “o espaço público no Brasil começa e termina nos limites postos pela televisão”. Segundo o autor o modelo de televisão brasileiro conseguiu unificar o país em um plano imaginário produzido através dos programas veiculados e do próprio hábito cotidiano de assistir TV. Além de alimentar a vida privada dos indivíduos, como um espaço de reconhecimento da própria identidade nacional. Bucci diz que é nos limites da televisão que

o país se informa sobre si mesmo, situa-se dentro do mundo e se reconhece como unidade. Diante da tela, os brasileiros torcem unidos nos eventos esportivos, choram unidos nas tragédias, acham graça, unidos, dos palhaços que aparecem. Divertem-se e se emocionam. A vida privada brasileira se alimenta da mesma luz. É pela TV que as crianças ingressam no mundo do consumo, aprendendo a desejar mercadorias. É por ela que os adolescentes aprendem a namorar, que as donas-de-casa descobrem como decorar a sala. (Bucci, 2000, p.11)

Guareschi e Biz (2006) nos trazem a importância da publicidade na produção midiática. Segundo os autores “qualquer grande meio de comunicação constitui-se hoje como uma empresa capitalista que, necessariamente, tem de visar lucro.” (p.157) E a publicidade é a principal fonte de recursos financeiros dessas empresas, sendo assim o “patrão” da empresa, pois é na compra ou patrocínio dos programas que os anunciantes dão subsídios a mídia. (idem, p.157-158)

A publicidade se torna uma “referência normativa”, que determina as condições de sucesso da mídia. No momento em que determinadas práticas ferirem o primeiro mandamento, que é a obtenção de lucro, tais práticas são suprimidas, sejam quais forem. São inúmeros os exemplos de programas importantes e educativos que saíram do ar porque o faturamento não satisfazia. (Guareschi; Biz, 2006, p.159)

Sendo assim podemos perceber nas afirmações de Fischer, Morin, Bucci, Guareschi e Biz que a programação televisiva é estrategicamente endereçada, meticulosamente proposital, sob uma perspectiva particular e comercial, usa técnicas específicas, atua no cotidiano e no processo de criação de significado. Uma forma de editar o mundo e agendar temas. Ou seja, “a televisão e os meios de comunicação em geral entram no processo permanente de produção de significado, portanto, de construção da realidade, em todas as suas manifestações – culturais econômicas ou políticas.” (Baccega, 2003, p.54)

Quantas vezes já não ouvimos a frase “é mesmo eu vi na televisão”, repetimos a todo tempo informações, opiniões ou slogans, possivelmente produto de imagens e sons veiculados na televisão, que fizeram algum sentido para nós. Ou simplesmente tenhamos nos reconhecidos ou sentidos representados, seja esse processo consciente ou não. Estamos falando aqui da capacidade que as imagens tem de venderem produtos, ideias e até mesmo instituições.

Os meios de comunicação não são bons nem ruins em si mesmos. Servindo-se de técnicas, eles são o resultado do avanço da tecnologia, são expressões da criatividade humana, da ciência desenvolvida pelo ser humano. O problema é perguntar a serviço “do quê” e a serviço “de quem” os meios de comunicação se acham. E essa é uma questão que tem a ver com o poder e é política. (Freire, Guimarães, 2011, p.32)

Segundo Paulo Freire e Sergio Guimarães, ao Educador que opta por transformar a sociedade cabe trabalhar para que os educandos tenham vivências conscientes e críticas com os meios de comunicação. A formação do educador está na base da formação do educando, a este cabe compreender e vivenciar essa realidade, presente em casa, na escola em toda parte. O professor precisa, reconhecer que a TV está presente na maioria das salas de aula como parte integrante e indissolúvel do processo ensino – aprendizagem. Não tratamos aqui da presença física dos aparelhos, antenas etc. e sim das imagens que permeiam e alimentam as emoções e o imaginário dos nossos alunos em todas as faixa etárias. Precisamos descartar o comportamento ou pensamento anti televisão. Podemos gostar mais ou menos, ou não gostar do que a TV representa em nossa sociedade o que não podemos é ignorar é como esse veículo de comunicação está presente e como nos afeta - a todos. A educação precisa acompanhar as evoluções sócias e tecnológicas e os educadores devem manter-se atualizados e qualificados. No que se refere a qualificação para lidar proveitosamente com a realidade da TV o professor precisa reconhecer-se telespectador e superar o nível superficial do gosto/ não gosto em relação a esta mídia. (idem p. 25 – 42)

Sobre esta questão Sylvia Magaldi acredita que a televisão pode se tornar um elemento significativo no contexto escolar desde que seus limites pedagógicos sejam bem compreendidos assim como suas funções, além de profissionais qualificados para trabalhar com esta mídia. A autora aponta uma consistente educação para as mídias como elemento indispensável à uma formação cidadã, dando um destaque para a mídia televisiva devido a sua abrangência, como formadora de comportamento e opiniões. (In Fischer, 2006, p.112-113)

Educar para uma compreensão objetiva e crítica da linguagem e das mensagens da TV, para a identificação de como ela funciona enquanto mídia comercial, de como ela interage com as realidades socioculturais e políticas no mundo todo, mas de modo especial no Brasil. (idem, p. 113)

Para Magaldi, é preciso incorporar a educação para a televisão nas escolas, como um processo de leitura e análise de comerciais, programas de TV, filmes e obras vídeo-gráficas.

Assim como é feito com a linguagem verbal, de forma orientada e apoiada. Segundo a autora o processo de aprendizagem da linguagem audiovisual deve desenvolver a capacidade de compreensão, distinção e integração de conteúdos e formas. Apurar a percepção visual e auditiva, para que permita identificar e apreciar a composição de imagens, sons e textos, que é a essência desta linguagem e fonte de sua atração. Além de compreender como se dão as etapas de criação, produção e edição de cada mensagem. (idem p. 117-118)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho propomos a discussão sobre a relação entre a televisão e a educação. A televisão é o meio de comunicação que está presente na maioria dos lares brasileiros. Todos estamos sujeitos aos seus apelos visuais e sonoros, criações para instigar, tornar público, aproximar e assim nos faz ter contato com diferentes contextos e vivências.

O tema pesquisado traz a história da TV no Brasil, seu papel social e o lugar de destaque que ocupa nos lares brasileiros. Destacando o excesso de horas frente ao aparelho de TV, a televisão como baba eletrônica dentre outros.

A TV seduz e encanta através da sua linguagem audiovisual e tecnologia cada vez mais especializada, criando e editando a realidade. Vivemos em uma sociedade em que a programação televisiva dita temas e tendências. A TV educa sem obrigação e sem dizer que o faz e sem o compromisso de como o faz.

Devido ao seu alcance, importância e influência, a televisão não pode ser ignorada pelos educadores. O que não quer dizer que deva ser incorporada como um mero recurso em sala de aula. A televisão e a sua linguagem audiovisual fazem parte do cotidiano dos educadores. A relação cultural que o indivíduo no meio em que vive é fator crucial em sua aprendizagem e desenvolvimento sócio histórico, por isso devemos atentar para a educação para os tempos atuais, ou seja, educar indivíduos capazes de refletir, discutir, comparar e analisar os conteúdos veiculados pelas mídias e principalmente pela tv.

A educação precisa acompanhar as evoluções sociais e tecnológicas assim como os educadores precisam estar atualizados e qualificados. O professor deve reconhecer-se telespectador para construir uma relação mais consciente com ela. É preciso dominar o meio de comunicação para desenvolver uma compreensão crítica sobre ele. Além de compreender o que esta mídia representa e o papel que exerce na formação e desenvolvimento da sociedade.

Assim ultrapassar a barreira do gostar ou não gostar da programação que é veiculada pela tv. Ao invés de desprezar seus conteúdos toma-los como objeto de estudo, problematizar sem

diminuir ou negar. Trazendo o cotidiano do educando, os programas que os alunos assistem para a sala de aula como forma de mediação do processo de novas competências.

Educar para a televisão consistiria em introduzir nas escolas um processo de aprendizagem de leitura e análise de comerciais, programas de TV, filmes e obras videograficas. Do mesmo modo que a leitura da linguagem verbal, essa aprendizagem exige basicamente uma prática devidamente apoiada e orientada. A leitura audiovisual mais qualificada expande a capacidade de compreender, distinguindo e ao mesmo tempo integrando conteúdos e formas. Apura a percepção visual e auditiva, permitindo identificar e apreciar a composição imagem/som/texto, que é a própria essência dessa linguagem e fonte de sua tração. (Fischer, 2006, p.117)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU P.** Sobre a Televisão / tradução. Machado Lúcia. - Rio de Janeiro : Jorge Zahar ed., 1997.
- BUCCI E.** Brasil em tempo de tv. - São Paulo : Boitempo editorial, 2000. - 2ed..
- EURASQUIM M. A.** teledependentes. - São Paulo : Summus, 1983.
- Fischer R. M. B.** Televisão & Educação: Fruir e Pensar a TV. - Belo Horizonte : autêntica, 2006. - 3 ed..
- FRANÇA V. R. [ET AL.]** Mídia Instituições e valores. - Belo Horizonte : autêntica, 2012.
- FREIRE P.; GUIMARÃES S.** Educar com a Mídia Novos diálogos sobre educação. - São Paulo : Paz e Terra, 2011. - 3 ed..
- FREIRE P.** Pedagogia da autonomia saberes necessários à prática educativa. - São Paulo : Paz e terra, 1996. - 40 ed..
- GUARESCHI P. A.; BIZ O.** Mídia, Educação e Cidadania: Tudo o que você deve saber sobre mídia. - Petrópolis : Vozes, 2005.
- MAGALHÃES C. M.** Os programas infantis da TV: Teoria e prática para entender a televisão feita para as crianças. - Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2007.
- MARCHIORO C. [ET AL.]** Leituras: significações plurais: educação e mídia: o visível, o ilusório, a imagem. / Org. Lenira Weil Ferreira. - Porto Alegre : edipucrs, 2003.
- MATTOS S.** História da Televisão Brasileira: Uma visão econômica social e política. - Petrópolis : Vozes, 2010. - 5. ed. rev. e ampl..
- MELO J. M.; TOSTA S. P.** Mídia & educação . - Belo Horizonte : autêntica, 2008.
- MORIN E.** Cultura de Massas no Século XX. - Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2011. - 10 ed. : Vol. Volume 1: Neurose.
- NAPOLITANO M.** Como usar a Televisão na sala de aula - São Paulo : Contexto, 2011. - 8 ed..
- PARO V.** Educação Como Exercício do poder: crítica ao senso comum em educação - São Paulo : Cortez, 2010. - 2 ed..
- PRIZENDT A. [ET AL.]** Pedagogia da comunicação teorias e práticas - São Paulo : cortez, 2001. - 2.ed..
- REZENDE A. L.** Televisão, criança, Imaginário e Educação. - São Paulo : Cortez, 1998.
- SILVERSTONE R.** Por que estudar a Mídia? - São Paulo : Edições Loyola, 2005. - 2 ed..